

**A RELAÇÃO DA LEI DE ICMS COM O MUNICÍPIO DE PAULÍNIA,
SÃO PAULO, BRASIL, CONTRIBUINDO PARA A CRISE DA
FEDERAÇÃO NACIONAL E O DESEQUILÍBRIO DOS
LUGARES.**

Alexandre Fuchs¹
alefuchs75@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo, mostrar o surgimento do município de Paulínia, a partir de sua emancipação política, até a chegada da refinaria de planalto, denominada Replan, possibilitando a composição de um espaço luminoso. Esse conceito entende-se como: espaços que dotam de densidades técnicas e informacionais, permitindo a atração de capital, tecnologia e informação à Região Metropolitana de Campinas, estado de São Paulo, onde está situado o município paulinense. Com o repasse do ICMS, em função dos produtos comercializados no município, que possibilitam torná-lo: um espaço luminoso. Por meio dessa norma jurídica instituída por meios técnicos governamentais, os Municípios e Estados que detêm a possibilidade de receber esses repasses, se sobressaem, financeiramente, perante os demais que, não possuem as refinarias e, a exploração dessa energia, corroborando para a formação de um desequilíbrio desigual dos lugares e contribuindo para uma crise da federação brasileira, pois parte de uma lei estadual, que respeita a constituição federal. Assim sendo, as empresas que atualmente se beneficiam do uso direto e ou indireto da refinaria e de seus serviços, aproveitam as densidades técnicas existentes na RMC², não nos esquecendo a existência de uma lógica que transcende os lugares, que é a do capital, já investido e incorporado à região. Essa lógica é baseada na racionalidade do sistema econômico capitalista avançado até o presente momento, como parte das ciências econômicas vinculadas ao avanço do modo de produção capitalista. Esta questão é importante, pois relaciona o espaço onde vivemos, por meio de sistema que também desenvolvemos e, as conseqüências dessa relação que gerou a transformação do município paulinense, observada através dos investimentos organizados pela prefeitura, oriundos da lei de ICMS.³ Prorrogando esse debate, o avanço dos investimentos recebidos em Paulínia, possibilita ao poder local maior autonomia para execução de obras públicas, do que municípios vizinhos,

¹ Aluno do curso de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual de Campinas.

² RMC – Região Metropolitana de Campinas.

³ Imposto Sobre Circulação Mercadorias e Serviços, de nível estadual que repassa ao município cota proporcional ao consumido no município.

apontando uma competição entre os entes da federação, que marca uma crise da unidade nacional, vista pela formação de um federalismo corporativista. Torna-se relevante pensar em um processo de criação de uma nova forma de federação, que visaria minimizar esses “grandes intervalos” existentes entre os municípios do Brasil. Até por que a competitividade em que os entes se encontram notifica uma instabilidade nas suas próprias administrações. Relembrando, o pacto federativo pode ser interpretado como um pacto de base territorial, onde se concentra choque de poderes local e nacional, como podemos observar no caso de Paulínia. Há, portanto, uma constante tensão no pacto federativo ficando a cargo do estado federal acomodar os reais interesses e conflitos existentes entre os entes da federação: Municípios, Estados e União. A arrecadação financeira permite a cidade ser uma das mais ricas do Brasil possibilitando ao poder executivo, usá-lo em obras faraônicas e, talvez desnecessárias a toda a população (rodoviária- shopping, pólo de cinema, manto de cristal, ponte) não garantindo melhores condições de vida ao povo paulinense. Cabe ressaltar que qualquer cidade possui um espaço destinado a rodoviária, a questão é por que está incluso o shopping ao espaço dirigido aos transportes? Para o consumo? Um exemplo a ser destacado é um dos últimos projetos do poder executivo denominado: “Paulínia Magia do Cinema”. Esse projeto visa criar na cidade um grande pólo cinematográfico, baseado em imensos projetos como na Flórida e Hollywood nos EUA, com o objetivo de atrair esparsos investimentos e turismo, além da geração de empregos diretos e, indiretos. Existe uma questão a ser analisada: para quem serão esses empregos? Para Paulínia ou para o Brasil? Diante deste quadro sócio-político o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens é exatamente o ocorrido no município analisado, ou seja, com a chegada da REPLAN e o repasse do ICMS houve uma metamorfose, nas relações sociais e econômicas de Paulínia. Atualmente o território, entendendo como um compartimento político e geográfico delimitado por fronteiras, se torna usado devido o acréscimo de ciência e técnica, entendendo que a informação, no caso a lei, é um recurso que torna o município em questão dotado de possibilidades de se desenvolver de forma desigual aos interesses da federação nacional, atendendo enfim, o poder local. Essa informação poderá ser utilizada, ora para atingir maiores investimentos a Paulínia, que poderão ser destinados à população, ora poderá obter maior lucratividade aos próprios empresários da região. Posteriormente com a chegada da Replan, uma nova função será desenvolvida com a distribuição do petróleo e, o papel na divisão territorial do trabalho, reorganizando o território como forma de atender o

capital externo. No que se refiere a la pesquisa geográfica percebemos o fortalecimiento do poder municipal paulinense diante dos investimentos arrecadados pelo ICMS, corroborando para as desigualdades entre os municípios brasileiros e, fundamentando a crise da federação brasileira. Atendendo a produção e, distribuição petrolífera, Paulínia, mobiliza capital, aplicado em atividades sociais e industriais – cinemas, habitações, infra-estrutura – que em um determinado momento na cessão da lei, por exemplo, facilitará no suposto esvaziamento desse capital e, portanto dessas obras. É evidente que a discussão não se encerra aqui, é necessário continuar as pesquisas e análises sobre a relação dos entes da federação com a intervenção do capital externo perante o território de Paulínia e, adjacentes.

El derecho de las relaciones con la municipalidad de paulina icms, sao paulo, brasil, contribuyeron a la crisis federación nacional de los puestos y desequilibrios.

esta investigación tiene como objetivo mostrar el aspecto de la ciudad de paulinia, desde su emancipación política, hasta la llegada de la refinería de meseta, llamada replan, de manera que la composición de un espacio de luz. Este concepto se define como: el espacio para dotar a la densidad de información y técnicas, lo que permite la atracción de capitales, la tecnología y la información a la región metropolitana de campinas, são paulo, donde el municipio se encuentra paulinense. Con la transferencia del iva, en función de los productos vendidos en la ciudad que lo hacen posible: un espacio luminoso. A través de esta norma jurídica establecida por los medios técnicos del gobierno, los municipios y los estados que poseen la capacidad para recibir tales transferencias, si fuera, financieramente, antes de todo eso, no tienen las refinerías y la explotación de esta energía, corroborando a la formación de un desequilibrio de los lugares desigual y contribuyendo a una crisis de la federación brasileña, como parte de una ley del estado lo que se refiere a la constitución federal. Por lo tanto, las empresas que se benefician actualmente de uso directo o indirecto y la refinería y sus servicios, utilizar las técnicas en el rmc densidades, no olvidemos que hay una lógica que trasciende los asientos, que es la capital, ya invertido y se incorporan la región. Esta lógica se basa en la racionalidad del sistema económico capitalista avanzado hasta la fecha como parte de la ciencia vinculada a la promoción económica del modo de producción capitalista. Esto es importante porque vincula el espacio donde vivimos, a través de un sistema que hemos desarrollado, y las consecuencias de esa relación que condujo a la transformación de la ciudad paulinense, observada a través de las

inversiones realizadas por el alcalde, de la ley del icms. Ampliar este debate, el adelanto de las inversiones recibidas en paulinia, permite que las autoridades locales una mayor autonomía para la ejecución de obras públicas, de vecinos, lo que indica una competencia entre las entidades de la federación, que marca una crisis de la unidad nacional para la formación de una empresa federalismo. Es importante pensar en un proceso de creación de una nueva forma de federación que minimizar tales "gran brecha" entre los municipios de brasil. Hasta que la competitividad en las entidades que se notificó una inestabilidad en sus propias administraciones. Recordando el pacto federativo puede interpretarse como un pacto de base territorial, que se centra choque de poderes locales y nacionales, como se puede observar en el caso de paulina. Por lo tanto, existe una constante tensión en el pacto federativo está a la izquierda el estado federal y los intereses reales de los conflictos entre las entidades de la federación: ciudades, estados y unión la colección permite que el financiero de la ciudad es uno de los más ricos de brasil para permitir poder ejecutivo, el uso en obras faraone y quizás innecesario a toda la población (carretera de compras, el centro de cine, manto de cristal, el puente) no garantiza mejores condiciones de vida para las personas paulinense. Es importante que toda ciudad tiene un espacio para la carretera, la pregunta es ¿por qué incluso el centro comercial es el área específica para el transporte? Para el consumo? Un ejemplo a destacar es uno de los últimos proyectos de la junta directiva llamada "paulinia magia del cine." este proyecto pretende crear un gran centro de la ciudad película, basada en grandes proyectos como la florida y de hollywood en los ee.uu., con el fin de atraer la inversión y el turismo escasa, y la generación de empleos directos e indirectos. Se trata de una cuestión que hay que examinar: para quién son estos puestos de trabajo? Paulinia para o brasil? En este contexto, la socio-política territorio adquirido un nuevo contenido y exige nuevos comportamientos, gracias a las enormes posibilidades de producción y, especialmente, el movimiento de materiales, productos, dinero, de ideas e información, y las órdenes de los hombres es exactamente el ocurridos en la ciudad análisis, es decir con la llegada del icms replan pasan y hay una metamorfosis en las relaciones sociales y económicas de paulinia. En la actualidad, el territorio, es decir, como un compartimiento delimitado por fronteras políticas y geográficas, se utiliza porque el aumento de la ciencia y la técnica, la comprensión de que la información, si la ley es una característica que hace que la ciudad de que se trate con las posibilidades de desigualmente desarrollado en los intereses de la federación nacional, teniendo en definitiva, las autoridades locales. Esta información puede ser utilizada ya sea para lograr una mayor inversión en paulinia, que pueden ser destinados a la población, ahora pueden lograr una mayor rentabilidad a su negocio en la región.

Más tarde con la llegada de replan, una nueva función se desarrollará con la distribución de petróleo y el papel en la división territorial del trabajo, la reorganización del territorio como una forma de cumplir con los capitales extranjeros. Con respecto a la búsqueda geográfica percibir el fortalecimiento de los municipios paulinense por delante de las inversiones planteadas por el icms, para corroborar las desigualdades entre los municipios y los motivos de la crisis de la federación brasileña. Habida cuenta de la producción y distribución de petróleo, paulinia, moviliza capital, aplicado a las actividades industriales y sociales - los cines, la vivienda, la infraestructura - que en un momento determinado en la ley de transferencia, por ejemplo, facilitar el supuesto vacío de capital y, por tanto, dichas obras. Es evidente que el debate no termina aquí, es necesario continuar la investigación y el análisis de la relación de las entidades de la federación con la intervención de capital extranjero en el territorio de paulinia y adyacentes.

Introdução

Esta pesquisa corresponde a um ensaio visando analisar o federalismo nacional a partir de elementos componentes do poder central e local, baseado nas relações políticas e, nas configurações territoriais do maior pólo petroquímico da América Latina.

Identificando esse município como um ponto luminoso, e cercado de grande densidade de ciência e técnica, características do atual período técnico-científico e informacional, a cidade se destaca através dos recebimentos adquiridos do processo de refinação e distribuição de petróleo e seus derivados.

No entanto, essa proposta se fundamentará em alguns pontos, tais como um breve histórico do município de Paulínia, além de analisar a questão do federalismo e, a importância do repasse do ICMS para o município, devido a comercialização dos produtos oriundos da refinaria.

Este trabalho parte do pressuposto de que a cidade possui sua dinâmica sofrendo grandes intervenções e transformações do capital perante suas configurações territoriais.

O espaço produtivo paulinense foi profundamente alterado desde a chegada da Rhodia passando pela emancipação de Campinas até a chegada da Replan, nos anos 70.

Como já foi dito, a pesquisa verte sobre o município de Paulínia e, sendo analisado as alterações ocorridas em seu território, através de intervenções do capital externo e, da divisão territorial do trabalho.

Por fim, será mostrado como os derivados do petróleo podem ser visto ao território como recurso, dando-lhe poder perante aos municípios excludentes dessa fonte energética, já que a cidade receberá investimentos diretos e indiretos para a produção e distribuição do petróleo.

O surgimento de Paulínia

Essa cidade se tornou destaque dentre os entes da federação, pois em maio de 1.972 recebeu a refinaria do Planalto – REPLAN e, vale destacar a sua localização junto à região de Campinas, sendo um centro estratégico de escoamento da produção industrial dessa área, interligada por várias rodovias direcionadas ao vale do Paraíba e São Paulo, além do triângulo mineiro.

Durante o período colonial, Paulínia esteve intrínseca a cidade de Campinas. Bem como os futuros municípios de Valinhos e Cosmópolis, por exemplo.

Essa porção de terras era ocupada por extensas fazendas entre os rios Atibaia e Jaguari, grande produtora de café e cana de açúcar, que já em torno de 1880 necessitavam de obras de infra-estrutura para o escoamento da produção agrícola local.

Simultaneamente ao período republicano a estrada de ferro seria inaugurada no “centro de PAULÍNIA”, região do São Bento estabelecendo uma nova ordem econômica e social para a futura cidade. Cabe ressaltar que, em função da abolição da escravatura, foi necessária uma nova mão de obra para a produção agrícola da região: os imigrantes italianos. Já nos anos 40 essa região seria denominada de vila José Paulino e, doravante denominada Paulínia.

Nessa mesma época a empresa francesa Rhodia inaugura suas instalações nesse município possibilitando maior arrecadação de impostos municipais no decorrer dos anos 70 com a chegada da REPLAN, mas antes desse evento ocorrer, em 28 de fevereiro de 1964 se concretiza a emancipação da cidade de Paulínia, orquestrada pelas famílias mais antigas da região.

Enfim, na data de 12 de maio de 1972 é inaugurada a refinaria de Planalto diante da presidência militar do General Emílio Garrastazu Médici.

Atualmente, na cidade, a REPLAN – produz polipropileno (polímero) utilizado na fabricação de brinquedos, copos e fibras, por exemplo, além de possuir um pólo químico, proveniente da Bolívia – o gasoduto Brasil – Bolívia – Brasbol.

A refinaria é uma das maiores do país abrangendo uma área de 9,1km², produzindo cerca de 10 bilhões de reais por ano em impostos pagos para o governo,

através da secretaria do tesouro nacional. A produção atinge os mercados de querosene, aguarrás, gasolina, gás liquefeito de petróleo, coque, asfalto, diesel, nafta, entre outros.

Através da tabela abaixo observaremos a evolução da população em Paulínia, cujas justificativas estarão relacionadas ao crescimento industrial da cidade, não só pela refinaria, mas também por todos os outros investimentos realizados no município.

POPULAÇÃO RESIDENTE

Paulínia	1970	1980	1991	1996	2000	2008*
População:	10mil	20mil	36mil	44mil	51mil	71mil

*estimativa

Fonte: IBGE.

A questão das leis de royalties de petróleo e a lei do ICMS(imposto sobre circulação mercadorias e serviços) quota a parte

Royalties são uma compensação financeira paga por empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território nacional.

Esses investimentos são recolhidos mensalmente e, distribuídos aos Estados, Municípios, Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia, além do Fundo Especial Administrado pelo Ministério da Fazenda.

A secretaria do tesouro nacional fica responsável em receber os pagamentos até o último dia de cada mês, diante da quantidade produzida naquele período.

A partir da Lei nº 9.478/97, a alíquota dos royalties sofreu uma alteração de 5% para 10% referente a produção.

As tabelas abaixo demonstrarão as alíquotas e os beneficiários da distribuição dos royalties, de acordo com os códigos estabelecidos na legislação vigente.

Parcela de 5% Lei nº7990/89 e Decreto nº01/91.

Lavra em terra	70%	Estados produtores.
	20%	Municípios produtores.
	10%	Municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Fonte: Agência nacional de petróleo.

Parcela acima de 5% Lei nº9478/89 e Decreto nº2705/98.

Lavra em terra	70%	Estados produtores.
	20%	Municípios produtores.
	10%	Municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Fonte: Agência nacional de petróleo.

Através dos dados acima das tabelas, podemos interpretar que o fato de Paulínia possuir uma das principais refinarias do Brasil e da América Latina e, estando sediada na região metropolitana de Campinas, área estratégica para o escoamento da produção industrial, lhe confere condições sócio-econômicas importantes na utilização desses investimentos recebidos.

O ICMS quota a parte é previsto em constituição federal implicando em recebimento de 25% do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre operações à circulação de mercadorias e prestação de serviços.

No ano de 2000 por meio da receita corrente do município, 67,3% foi proveniente do repasse, deste imposto, correspondendo a aproximadamente 155 milhões de reais.

De acordo com Raffestin (1993), o petróleo e seus derivados é uma matéria, que por meio da ação humana passa a ser considerado um recurso. Para o município de Paulínia, o petróleo se tornará um recurso de poder, pois possibilita se reorganizar espacialmente através dos recebimentos do ICMS, pelo menos por enquanto, já que não recebe, ainda, o repasse dos royalties. Esse poder pode ser entendido, como poder do capital, pois justificaria os interesses das grandes obras existentes na cidade, como por exemplo, a rodoviária, shopping, pólo de cinema, atendendo evidentemente aos interesses dos grandes empresários da região e, não necessariamente da população.

Diante da inexistência de petróleo e, de refinarias em todo o Brasil, verifica-se no mapa abaixo a quantidade de refinarias e, portanto a concentração das jazidas petrolíferas nacionais on shore (terra) e off shore (plataforma continental), a lei de royalties se tornou um elemento desregulador de arrecadações para os municípios, corroborando para o surgimento de um poder local, nos lugares onde se concentra o minério energético ou a refinaria. É o caso, por exemplo, da região do norte fluminense, situado no estado do Rio de Janeiro encontrado em cidades, tais como, Campos dos Goitacazes, Rio das Ostras e Macaé.



Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina.

Isto quer dizer, a possibilidade da cidade receber mais investimentos por ter um elemento mineral, demonstra poder local, diante de toda a estrutura política nacional, sob a ótica do pacto federativo e da reorganização territorial, pois a maioria dos municípios do Brasil não recebe esses investimentos, ou seja, nem todos os entes da federação receberão os mesmos repasses garantido pela constituição federal, que permite também a manutenção da lei estadual de ICMS, portanto política minimamente contraditória juridicamente, além de financeira e social.

Através do mapa acima apresentado podemos perceber a distribuição das refinarias pelo Brasil possuindo atualmente um número de 12 unidades, podendo destacar a região sudeste, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro que apresentam 6, metade de todas as refinarias nacionais.

Além da própria refinaria, o município em destaque, acabou atraindo outros setores industriais para a região, conforme tabela abaixo:

INVESTIMENTOS REALIZADOS ENTRE 1.995 E 2.001.

Empresas envolvidas no setor petrolífero	Número de empresas	Investimentos em milhões US\$
Produtos químicos	5	285

Refino de petróleo	2	270
Borracha e plástico	1	19
Extração de petróleo	1	10

Fonte: Wilson Cano e Carlos Brandão: A região Metropolitana de Campinas. Editora Unicamp.

Diante da tabela exposta acima podemos inferir um grande número de investimentos do setor petrolífero e, de seus derivados, solidificando-os recebidos na cidade, por parte do imposto.

Espaços luminosos x Crise da Federação.

De acordo com Santos e Silveira (2001) “chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais” gerando para a cidade ou região maior desenvolvimento técnico e científico, confirmado pelo fato da REPLAN estar inserida em Paulínia e, doravante na Região Metropolitana de Campinas.

Assim sendo, as empresas que atualmente se beneficiam do uso direto e ou indireto da refinaria e de seus serviços, aproveitam as densidades técnicas existentes na RMC⁴, não nos esquecendo a existência de uma lógica que transcende os lugares, que é a do capital, já investido e incorporado à região. Essa lógica é baseada na racionalidade do sistema econômico capitalista como já destacava Engels (1877) “o que possuímos de ciência econômica até agora se limita quase exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista”.

Essa questão é relevante, pois relaciona o espaço onde vivemos, por meio de sistema que também desenvolvemos e, as conseqüências dessa relação que gerou a transformação do município paulinense, observada através dos investimentos organizados pela prefeitura, oriundos da lei do ICMS.

Prorrogando esse debate e, de acordo com Nonato (2005) “o avanço tecnológico e sua desigual implantação no território fazem com que as unidades da Federação travem uma disputa intensa. Interesses localizados se sobrepõem aos interesses

⁴ RMC – Região Metropolitana de Campinas, situada no estado de São Paulo, Brasil.

nacionais marcando a crise da Federação brasileira. A incorporação de ideais corporativos aos fundamentos da Federação nos conduz a discorrer sobre um novo processo: o federalismo corporativo”.

Torna-se relevante pensar em um processo de criação de uma nova forma de federação, que visaria minimizar esses “grandes intervalos” existentes entre os municípios do Brasil. Até por que a competitividade em que os municípios se encontram notifica uma instabilidade nas suas próprias administrações.

Relembrando, o pacto federativo pode ser interpretado como um pacto de base territorial, onde se concentra choque de poderes local e nacional, como podemos observar no caso de Paulínia.

Há, portanto, uma constante tensão no pacto federativo ficando a cargo do estado federal acomodar os reais interesses e conflitos existentes entre os entes da federação: Municípios, Estados e União.

A arrecadação financeira permite a cidade ser uma das mais ricas do Brasil possibilitando ao poder executivo, usá-lo em obras faraônicas e, talvez desnecessárias a toda a população (rodoviária- shopping, pólo de cinema, manto de cristal) não garantindo melhores condições de vida ao povo paulinense. Cabe ressaltar que qualquer cidade possui um espaço destinado a rodoviária, a questão é por que está incluso o shopping ao espaço dirigido aos transportes?



Teatro Municipal de Paulínia.

Foto: Alexandre Fuchs e Marcelo Panis.

Um exemplo a ser destacado é um dos últimos projetos do poder executivo denominado: “Paulínia Magia do Cinema”. Esse projeto visa criar na cidade um grande pólo cinematográfico, baseado em imensos projetos como na Flórida e Hollywood nos EUA, com o objetivo de atrair esparsos investimentos e turismo, além da geração de empregos diretos e, indiretos. Existe uma questão a ser analisada: para quem serão esses empregos? Para Paulínia ou para o Brasil?

Utilizando Santos (2002), a intencionalidade é algo pensado, premeditado, ter uma idéia - é ter uma idéia de algo, queremos dizer que em Paulínia através da produção de vários projetos há uma relação entre a cidade e o mundo, exemplificado através da refinaria.

Não podemos esquecer que os projetos da administração atual são resultados do capital investido pelo repasse do imposto, bem como das injeções financeiras em torno do pólo petroquímico.

Santos (2001) diz “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens” é exatamente o ocorrido no município analisado, ou seja, com a chegada da REPLAN e o repasse do ICMS houve uma metamorfose, nas relações sociais e econômicas de Paulínia.

O histórico da evolução dessa cidade nos mostrou os diferentes usos desse território no seu surgimento como uma área anexa à Campinas até sua emancipação.

Atualmente o território, entendendo como um compartimento político e geográfico delimitado por fronteiras, se tornou usado devido o acréscimo de ciência e técnica, portanto podemos entender que a informação, no caso a lei, é um recurso que torna o município em questão dotado de possibilidades de se desenvolver de forma desigual aos interesses da federação nacional.

Essa informação poderá ser utilizada, ora para atingir maiores investimentos a Paulínia, que poderão ser destinados à população, ora poderá obter maior lucratividade aos próprios empresários da região.

Posteriormente com a chegada da Replan, uma nova função será desenvolvida com a distribuição do petróleo e, o papel na divisão territorial do trabalho, reorganizando o território como forma de atender o capital externo.

Percebemos o fortalecimento do poder municipal paulinense diante dos investimentos arrecadados pelo ICMS, corroborando para as desigualdades entre os municípios brasileiros e, fundamentando a crise da federação brasileira.

Atendendo a produção e, distribuição petrolífera, Paulínia, mobiliza capitais, aplicados em atividades sociais e industriais – cinemas, habitações, infra-estrutura – que em um determinado momento na cessão da lei, por exemplo, facilitará no suposto esvaziamento desse capital e, portanto dessas obras.

É evidente que a discussão não se encerra aqui, é necessário continuar as pesquisas e análises sobre a relação dos entes da federação com a intervenção do capital externo perante o território de Paulínia e, adjacentes.

Bibliografia

Cano, Wilson e Brandão, Carlos A. A região Metropolitana de Campinas: Urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Volume 2. Campinas: editora Unicamp.2.002.

Engels, Friedrich. Anti-Dühring. 1877.

Maziero, Maria dos Dolores Soares e Soares, Meire Terezinha Muller. "Paulínia - dos Trilhos da Carril às Chamas do Progresso".

Nonato, Rita de Cássia. Crise da federação e federalismo corporativo: propostas de criação de novos estados no front agrícola brasileiro. Tese de Mestrado. 2005.

Raffestin, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática. 1993.

Santos, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo. Editora Hucitec.

Santos, Milton. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp. 2002.

Santos, Milton e Silveira, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

Silva, Rosana Valentim. O papel do petróleo na reorganização do município de Macaé: o caso dos royalties. Monografia de conclusão de curso. 2006.